

# AS TRÊS IDADES DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

0. Se ensaiássemos dividir, por imperativo metodológico, a História da Arqueologia Portuguesa, poderíamos adoptar, por exemplo, um modelo ternário, propondo três épocas: a Idade do Ouro, a Idade das Trevas, e o Renascimento.

1. A Idade do Ouro foi a das Origens, tendo-se estendido ao longo da segunda metade de oitocentos e pelos primórdios do século seguinte.

Maugrado as deficiências de formação, os vícios individuais, os erros científicos, houve três, ou quatro gerações, que durante vários decénios, imprimiram um ritmo certo à arqueologia portuguesa, acompanhando o movimento que então animava a Europa civilizada. Pesem muito embora todas as carências que lhes poderemos apontar, é inegável que, Pereira da Costa, Carlos Ribeiro, Nery Delgado, Martins Sarmento, Leite Vasconcelos, Felix Alves Pereira, Estácio da Veiga, Santos Rocha, o Grupo da Portugália, o Abade de Baçal, entre outros, deixaram obras cuja consulta ainda hoje é imprescindível, não por mera curiosidade ou nostalgia, mas devido à absoluta ausência de novos dados, em muitas áreas científicas, geográficas, ou sítios<sup>1</sup>.

A par desta plêiade de estudiosos, a que alguns têm recusado o título de arqueólogos (convencidos de que eles próprios o são)<sup>2</sup>, existia todo o mundo de amadores e curiosos que alimentavam os estudos locais e contribuíram com frequentes notas para as revistas da especialidade, mantendo os mestres informados sobre as principais descobertas que se faziam, ou achados que ocorriam, acidentalmente.

Desse modo lembramos, no Norte, entre muitos outros, os nomes de Henrique Pinheiro, Albino Pereira Lopo, Abade Tavares, Padre Brenha, Henrique Botelho, Albano Belino, Abade Pedrosa.

É certo que se promoviam escavações, nem sempre com os melhores métodos, e se avançavam teorias, por vezes excessivas, ou se escreviam textos, frequentemente fantasiosos.

Mas, em contrapartida é um facto que por essa época, e sob uma atmosfera romântica, arrancaram as primeiras cartas arqueológicas, publicaram-se revistas com periodicidade regular, reuniram-se colecções, e criaram-se Museus de âmbito nacional ou local, que ainda hoje perduram.

Martins Sarmiento, incansável, devassou os inumeráveis cabeços do Minho, à descoberta de castros e dolmens; Félix Alves Pereira, explorou as veredas das Serras da Peneda e do Soajo, em jornadas de sol a sol. Viajante infatigável, Leite Vasconcelos descia do comboio, para se encavalitar num burro ou num macho, atingindo os lugares mais recônditos do país como a Quinta da Ribeira (Carrazeda de Ansiães), onde observou os mosaicos aí descobertos, ou o Castro de Vale de Águia, alcandorado sobre as arribas do Douro, na longínqua Terra de Miranda. O Abade de Baçal palmilhou as rotas do distrito de Bragança, e ainda hoje os dados que recolheu são o primeiro manancial para a arqueologia do Nordeste Transmontano. Rocha Peixoto, deixou-nos imagens extraordinárias de um mundo rural serrano, imobilizado no tempo<sup>3</sup>.

Eram homens de campo, enérgicos, que porém, nos seus gabinetes atulhados de livros e de relíquias arqueológicas, não se esqueciam de trasladar para o papel e dar-a-estampa, os dados que observavam ou recolhiam<sup>4</sup>.

6 2. No entanto, este movimento, e este estilo, a partir de um momento ainda por determinar, esmoreceram.

Não se formaram autênticas escolas. Os Museus entretanto criados, ou fecham ou entram em esclerose, como sucedeu ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. As publicações periódicas ou desaparecem, ou passam a sair com intervalos excessivos. O mundo dos correspondentes, dos amadores de província, esfuma-se.

A Idade do Ouro acabara.

Para alguns tal desfecho estará relacionado com o Estado Novo, e com a sua política, ou ausência de, no domínio da cultura e da ciência. Contudo uma relação directa entre a nova ordem política e o esmorecimento da actividade arqueológica, está por determinar.

Regimes semelhantes, como o Fascismo Italiano, ou o Franquismo interessaram-se pelo incremento da Arqueologia. Procuraram nesta e na História, as pretensas raízes profundas das ideologias nacionalistas, em que se sustentavam.

Pelo contrário, o Estado Novo esgotou-se no restauro de Castelos e Igrejas românicas, exauriu-se num discurso histórico ora pseudo-romântico e lamechas, ora epopeico.

Será talvez uma coincidência, outros dirão.

Porém, é um facto que à medida que o Estado Novo envelhece, no post-guerra, há uma progressiva decadência da Arqueologia, como disciplina científica e cultural. Episódios fulgurantes como a intervenção meteórica do Abade Henri Breuil, nos anos quarenta, não têm continuidade.

Os trabalhos de Mário Cardozo, de Afonso do Paço, de Eugénio Jalhay, de Abel Viana, e de Manuel Heleno, alguns dos nomes que pontificam nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta, são pouco inspirados e escassamente criadores.

Os investigadores dos Serviços Geológicos de Portugal, que sempre se interessaram pela Arqueologia, mantendo a tradição inaugurada por Carlos Ribeiro, produziam resultados com regularidade, mas nunca inovaram.

O Marcelismo não altera este estado em que vegeta a Arqueologia, embora alguns trabalhos pontuais, de maior fôlego, se destaquem.

E é assim que chegamos aos anos setenta, quase sem Escolas de Arqueologia, com o Museu Nacional fechado, com o Ensino teórico e vazio, salvo raras excepções.

Impera ainda a Junta Nacional de Educação, criada nos anos trinta<sup>5</sup>.

Faziam-se anualmente meia dúzia de escavações, com objectivos, métodos e resultados muito discutíveis.

Havia, no entanto, quem, dentro ou fora do sistema, lutasse por dissipar esta atmosfera cinzenta. Em Coimbra, Bairrão Oleiro, Adília e Jorge Alarcão criavam uma Escola. Em Lisboa, Eduardo da Cunha Serrão reunia à sua volta um grupo de jovens aprendizes de arqueologia.

3. Esta Idade das Trevas vai engendrar, como todos os ciclos de retração biológica, um Renascimento, que eclode na década de setenta.

Com a queda do regime de Salazar-Caetano, e a implantação da IIª República, abrem-se novas perspectivas. Devemos contudo assinalar que já anteriormente a 1975, se notavam os primeiros indícios de um Renascimento.

Rápidamente, nos anos subsequentes a 74, as Universidades Clássicas renovam os seus quadros docentes, no domínio da Arqueologia, empreendendo um esforço significativo no sentido de dinamizar o ensino e a investigação.

No âmbito das Universidades Novas criam-se pólos da Arqueologia, em Braga e em Évora. Outro núcleo, de âmbito regional, consolida-se em Setúbal.

A Secretaria de Estado e da Cultura apoia decisivamente este processo renovador, veiculando meios financeiros bastante significativos.

Todo este movimento tende a acentuar-se na década de oitenta. São criados o Departamento de Arqueologia e os três Serviços Regionais de Arqueologia, distribuídos pelo Norte, Centro e Sul<sup>6</sup>. É organizado, anualmente, um Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos. Na definição da política nacional em matéria de Arqueologia tem um peso decisivo a Comissão Nacional Provisória de Arqueologia, criada em 1981, e em que estão representadas cinco Universidades, e os Museus e Serviços de Arqueologia, dependentes do Instituto Português do Património Cultural<sup>7</sup>.

Ano após ano, aumenta o número de escavações e de projectos.

Também as autarquias apoiam vigorosamente, quer os trabalhos de campo, quer estudos e reuniões, de ordem cultural ou científica.

Dir-se-ia estarmos a viver um novo fôlego da Arqueologia, talvez tão intenso como o que ocorreu no séc. XIX, e até, supõe-se, mais estruturados.

Mas, será assim? Ou pelo contrário este Renascimento, esta nova Idade do Ouro, será aparente, ou pelo menos fugaz?

8 4. Na verdade, cada vez com maior insistência os arqueólogos interrogam-se sobre o exacto significado de todo o movimento que desenhamos em traços largos. Questões de fundo são permanentemente suscitadas, seja nas conversas do dia-a-dia, seja nas reuniões e colóquios, seja, ainda, nas instâncias académicas e consultivas.

Qual é o conteúdo desta actividade febril? Qual é a consistência dos resultados?

Reconhece-se que a Arqueologia assume uma nova dimensão, científica, cultural. Os resultados adquiridos pelos projectos arqueológicos são aplicados:

- no desenvolvimento cultural das comunidades;
- no ensino;
- no ordenamento do território;
- na renovação de museus;
- no turismo.

Mas, infelizmente, de uma forma fragmentária, desequilibrada e sem ritmo.

Verifica-se que a Arqueologia é tema de notícias frequentes, na Imprensa, nacional ou local, na Rádio e na Televisão. Porém, de uma

forma superficial, por vezes inusitada ou mesmo absurda.

Multiplicam-se colóquios e exposições de arqueologia.

As escolas organizam visitas, em que turmas sucessivas de alunos desfilam por entre ruínas, mal cuidadas, e museus, geralmente destituídos de um discurso pedagógico estimulante.

Assim, as pedras e os objectos arqueológicos sepultados durante dezenas de anos nos solilóquios dos investigadores, passam a constituir um assunto público.

Mas, no fundo, que sentido, que continuidade tem esta nova inserção social da Arqueologia? Qual é o alcance e a duração dos resultados alcançados?

O fracasso da precedente Idade do Ouro constitui sério aviso. Irá esta Nova Idade durar? Estão a constituir-se Escolas aptas a formar arqueólogos, e não apenas licenciados em letras? Vai a investigação científica assentar arraiais e desenvolver-se?

De facto, as perspectivas não são as melhores. Na realidade, todo o renascimento de que falámos carece de bases sólidas:

- a investigação universitária não adquiriu a necessária autonomia, e continua dependente financeiramente do Instituto Português do Património Cultural, e das autarquias;

- o ensino ainda não alcançou a especialização desejável, e os recém-licenciados em Arqueologia (variante), defrontam-se com a inexistência de perspectivas de emprego;

- não se instalaram os laboratórios necessários à exploração científica dos dados produzidos pelas escavações, ou os poucos que arrancaram, estão longe de satisfazer uma percentagem mínima da procura a nível nacional, seja no domínio do C14, seja em Palinologia, ou Sedimentologia;

- os meios de restauro e conservação de materiais arqueológicos são insuficientes;

- os Museus de Arqueologia tardam em reactivar-se, a fim de realizarem a função conservacionista, pedagógica e cultural que lhes compete;

- os Serviços Regionais de Arqueologia não alcançaram a eficácia técnico-científica desejável, e autonomia regional, lutando continuamente pela sobrevivência;

- a política arqueológica do Instituto Português do Património Cultural, e os fundos do Estado que são atribuídos por esta via, têm dependido inteiramente da vontade da Presidência do Instituto;

- não se publicam regularmente os resultados científicos dos trabalhos efectuados;

- o património arqueológico continua seriamente ameaçado e é escassamente divulgado;

- etc., etc...

Enfim, um rosário de lamentações, cujo percurso completo e exaustivo, demoraria bastante.

6. Face a este panorama a comunidade dos arqueólogos, dividida, pequena, isolada, não tem real influência nas instâncias que decidem a política cultural, e encontra-se inoperante, ou talvez, mesmo, desalentada. Aliás, essa ausência de poder reflecte-se na intriga comezinha, na corrida aos magros subsídios estatais, e na pequena pirataria científica.

E no entanto, o interesse pela Arqueologia parece ser cada vez maior: as autarquias continuam empenhadas em investir no estudo e divulgação do património arqueológico; a comunicação social acompanha com interesse, embora de uma forma nem sempre correcta, as acções que os arqueólogos realizam; o público revela-se ávido em conhecer tudo o que diz respeito às origens.

Seria aliás interessante que alguém, talvez o Departamento de Arqueologia, promovesse um inquérito à opinião pública, semelhante aos que têm sido efectuados noutros países da Europa Ocidental. Seria assim possível medir o acolhimento que a actividade arqueológica tem junto das populações, e as suas expectativas.

Mas, independentemente de inquéritos e outros estudos, é evidente que se torna indispensável estabelecer uma relação proveitosa entre a Arqueologia e a sociedade, no nosso país. Para isso é necessário que os arqueólogos reflectam sobre a actividade que desenvolvem.

10 De facto, para que uma prática profissional adquira um estatuto próprio, se afirme socialmente, e produza resultados científicos e culturais, é necessária uma ética, um programa.

Na arqueologia portuguesa, actualmente, quase tudo é possível. Há arqueólogos que trabalham bem, que escavam com rigor, mas que prosseguem projectos cujo interesse é discutível. Há outros que perseguem precipitadamente conclusões que à partida já possuíam, sem respeitar a coerência dos métodos, e a verdade dos factos. Há ainda outros acomodados à burocracia, entregues a rotinas absurdas, kafkianas.

Felizmente existem muitos empenhados em projectos conseqüentes que estão a produzir obra inovadora.

No entanto, falta um ambiente de crítica científica, um planeamento eficaz, um quadro das prioridades, em matéria de conservação e investigação.

Para quebrar este estado de coisas, é imperioso que se discuta o estatuto da Arqueologia, o seu relacionamento com a sociedade, as suas referências institucionais, a sua prática científica e conservacionista.

De outro modo, o Renascimento que evocámos, com optimismo, talvez forçado, não será senão uma aparência, que se extinguirá ainda antes da geração que o animou.

Recentemente, em 1986, um grupo de trabalho patrocinado pelo Departamento de Arqueologia do I.P.P.C., começou a produzir as bases de um Livro Branco sobre a Arqueologia.

A actividade deste grupo, que reunia arqueólogos de reconhecida competência, foi inesperadamente interrompida.

É obrigação do Instituto levar até ao fim esse trabalho, e dar a lume as conclusões, a fim de serem discutidas e a fim de poderem ser consagrados princípios, pontos de referência de uma política nacional.

Finalmente, seria indispensável que os arqueólogos constituíssem uma associação profissional, como a Ordem dos Advogados ou dos Médicos, ou a Associação dos Arquitectos.

Considerando que já existe uma Associação dos Arqueólogos Portugueses, com fins diversos, poderia implementar-se uma Sociedade de Arqueólogos, com responsabilidades institucionais e jurídicas, de cariz profissional.

Talvez assim, e por outros caminhos de bom senso e ponderação, seja possível evitar uma nova Idade das Trevas...

